

ATTITUDE CRÍTICA COMO VIRTUDE NAS PRÁTICAS DE GOVERNO

CRITICAL ATTITUDE AS A VIRTUE IN THE PRACTICES OF GOVERNMENT

Helrison Costa¹

RESUMO

O objetivo deste artigo é explorar a importância da atitude crítica no percurso intelectual de Foucault. A atitude crítica é compreendida como uma virtude capaz de colocar em questão as práticas de condução de condutas. Nesse quadro, queremos demonstrar que o interesse de Foucault pelo texto de Kant passa pela problematização das práticas de governo para a formulação de seu projeto crítico.

Palavras-chave: Atitude crítica, Virtude, Kant, Práticas de Governo.

ABSTRACT

The aim of this article is to explore the importance of the critical attitude in Foucault's intellectual path. The critical attitude is understood as a virtue capable of questioning the practices of conducting conduct. In this context, we want to demonstrate that Foucault's interest in Kant's text involves the problematization of government practices for the formulation of your critical project.

Key-words: *Attitude critique, virtue, Kant, practices of government*

INTRODUÇÃO

O ano de 1978 é de importância nodal para o conjunto dos estudos foucaultianos. Nele convergem inflexões de propostas anteriores e se produz um entroncamento onde se cruzam os eixos do saber, do poder e dos modos de subjetivação. As considerações formuladas nas últimas décadas são reelaboradas e dispostas em uma curva ascendente, em um “movimento de espiral”, cujo efeito é a abertura para intercursos ainda não explorados que se desdobram nas investigações em torno do governo de si e dos outros. A analítica do poder se estende a uma genealogia da governamentalidade que

¹ Doutor em Filosofia pela UFMG, professor de Filosofia no Instituto Santo Tomás de Aquino - ISTA. E-mail: hcosta.fil@gmail.com

ATITUDE CRÍTICA COMO VIRTUDE NAS PRÁTICAS DE GOVERNO

persegue as práticas de governo e as formas de contracondutas que constituem o terreno da atitude crítica.

Na genealogia foucaultiana as práticas de governo, passando pelo pastorado, provocaram a criação de contracondutas que culminaram, na modernidade, na atitude crítica. A noção de atitude crítica apresentada de forma inédita em 1978, é utilizada para designar o comportamento característico da modernidade em relação à condução de condutas. Ademais, é identificada como um *éthos* filosófico que possibilita a realização de uma prática histórica propulsora de uma reflexão sobre o presente. Assim, fizemos o exame atento à proposta do projeto crítico foucaultiano, tal como pensado a partir de 1978, através do exame da atitude crítica, procurando identificar as estratégias do autor para definir a filosofia e o seu papel em relação às práticas de governo.

Nesse quadro, consideramos que o interesse de Foucault pelo texto de Kant passa pela problematização das práticas de governo de si e dos outros. A atitude crítica surge no lastro das contracondutas em relação ao poder pastoral e à razão de Estado na genealogia das práticas de governo e pode ser pensada junto à prática filosófica que se organiza na *Aufklärung*, enquanto interrogação que coloca a relação entre as práticas de saber e poder na forma da governamentalidade. Com efeito, a atitude crítica seria para Kant o movimento de saída da menoridade. Ao pensar esse problema, Kant efetua a tarefa de reflexão do próprio presente na forma de uma ontologia que, acreditamos, Foucault toma como escopo de sua própria filosofia crítica.

1 O ETHOS CRÍTICO

O tratamento da atitude crítica coloca Foucault novamente em contato com Kant e com o tema da crítica. De fato, entre os anos de 78 a 84, essa temática ocupou parte importante das reflexões do autor e, como veremos neste trabalho, ela se relaciona à abordagem das práticas de governo,

possibilitando entender a crítica como ontologia de nossa atualidade e voltada à compreensão de nosso ser histórico. Antes desse período, contudo, o tema da crítica e a presença de Kant se fazem notar desde os primeiros estudos de Foucault em trabalhos, por exemplo, como sua tese complementar, *Introduction à l'Anthropologie de Kant*, que já traz a denúncia quanto à dificuldade de o pensamento moderno e ocidental escapar à ilusão antropológica que Kant havia feito imergir toda a filosofia.

Como indica Edgardo Castro (2015, p. 30)., com a leitura que Foucault faz de Kant nesse período, o autor “converte as conclusões de suas investigações anteriores em diagnóstico geral do pensamento contemporâneo” A denúncia do sono antropológico da filosofia moderna se aprofunda em *Le mots et les choses*, assumindo o papel de crítica das relações de saber do pensamento ocidental, graças à ativação da arqueologia que escava as condições de possibilidades dos saberes de cada época e o seu *a priori* histórico. O autor tem em mente investigar se “não seria possível conceber uma crítica da finitude que fosse libertadora tanto em relação ao homem quanto em relação ao infinito e que mostrasse que a finitude não é termo, mas curva e nó do tempo onde o fim é começo?” (FOUCAULT, 2011, p.111). Para isso, move-se não pela fluidez de uma evolução continuada da razão, mas pelos cortes e rupturas entre os saberes, como os que marcam as descontinuidades epistêmicas entre o Renascimento (semelhança), a Idade Clássica (representação) e a Modernidade (analítica da finitude), bem como pelas aproximações epistêmicas antes separadas, fazendo a crítica das formações dos saberes na modernidade.

Temos assim que, pensando a filosofia, Foucault enceta uma crítica das formações dos saberes. Desconfiado do caráter ilusório da antropologia kantiana e da referência que ela faz a um sujeito autofundado, a arqueologia de Foucault parte da crítica à analítica da finitude (ao cientificismo e ao humanismo) e a encontra na crítica das ciências humanas e no lugar relegado por ela ao sujeito, sua linguagem e subjetividade, que “ao projetar os

ATITUDE CRÍTICA COMO VIRTUDE NAS PRÁTICAS DE GOVERNO

conteúdos empíricos para o campo da consciência” acabam “repetindo em si mesmas a instabilidade da própria analítica da finitude” (CASTRO, 2014, p. 48). Não sendo possível, neste trabalho discutir em detalhes essas questões, gostaríamos apenas de reter o fato de que existe uma formulação de crítica no Foucault dos anos 60 que, a partir da leitura de Kant, se dirige ao pensamento moderno.

Sabendo disso, não é nosso intuito fazer a genealogia da crítica de Foucault e acompanhar os deslocamentos dessa noção em todo seu percurso². Assim, a crítica tomada como objeto de nosso estudo diz respeito àquela que é formulada a partir de 78, junto com a questão do governo. Trata-se, portanto, da crítica retomada como atitude e como *éthos* filosófico caracterizado como uma virtude.

De início, é preciso considerar que o projeto crítico de Foucault, anunciado em 78, está fortemente ligado ao conjunto de problemáticas de seu último período, o que acaba por coincidir com o mesmo período no qual ele se concentra nos estudos da Antiguidade. Não por acaso, esse período é marcado por deslocamentos e por abordagens que, acreditamos, estão relacionados à crítica, como ocorre com o deslizamento do poder até a governamentalidade, com a entrada da *parresia* e a elaboração de uma ontologia histórica. Isso é o que nos lembra Laura Cremonesi (2013, p. 128) quando afirma: “é, portanto, no mesmo momento, em 1978, que Foucault começou a elaborar sua ideia de crítica e sua leitura do mundo antigo”. Podemos pensar como se elabora a crítica para Foucault no desdobramento de suas pesquisas derradeiras. Além disso, podemos perguntar em que circunstâncias a crítica toma forma em Foucault, já que à primeira vista, esse tema parece surgir de modo tão irruptivo. Mas será realmente assim? Não existiriam circunstâncias capazes de explicar a entrada da crítica justamente nesse período, isto é, algo que

² Isso exigiria analisar o movimento que Foucault faz em direção à literatura que o permite perguntar sobre uma crítica e uma ontologia capaz de pensar a finitude do ser no jogo que se estabelece entre finitude e razão, ou ainda, exigiria que nos detivéssemos no uso de crítica que Foucault extrai de Nietzsche ainda em 71, antes da explicitação da genealogia.

teria levado Foucault a retomar esse tema crítica em 78, sob aspectos bastante distintos de anos antes?

Para uma resposta satisfatória a essa questão, podemos considerar um caminho possível no interior das pesquisas foucaultianas pelo qual se tentaria encontrar o interesse pela crítica no desenvolvimento das pesquisas do final da década de 70.

Primeiramente, é em uma conferência, agora emblemática, dirigida aos membros da Sociedade Francesa de Filosofia em 1978 que Foucault nos apresenta uma primeira formulação de crítica sobre a qual vale a pena, de antemão, destacar alguns aspectos.

A começar, o francês trata logo de afirmar que o lugar da crítica está situado no espaço deixado “entre a alta empresa kantiana e as pequenas atividades polêmico profissionais” (FOUCAULT 2015, p. 34). A crítica da qual ele fala não está restrita à filosofia, ainda que não a exclua, mas é qualquer coisa em *vis-a-vis* com a filosofia, ao mesmo tempo próxima a ela e contra ela. Bem, esse lugar específico da crítica foucaultiana é aquele encontrado em “uma certa maneira de pensar, de dizer, de agir” que envolve “uma certa relação com o que existe” (FOUCAULT 2015, p. 34) e, igualmente, com a sociedade, com a cultura e com os outros, a que o francês chama de atitude crítica. Dessa forma, Foucault fala da crítica, mas deixando claro que não em termos kantianos, como veremos logo mais. Não se trata, portanto, da Crítica kantiana como verificação dos limites do conhecimento. No esforço de desvencilhar-se da crítica epistemológica, ele propõe uma outra concepção: “Há algo na crítica que se aparenta à virtude. E de certo modo, é sobre isso que eu gostaria de vos dizer, a saber, da atitude crítica como virtude³ em geral” (FOUCAULT 2015, p. 35).

Tal afirmação, apresentada de modo discreto se consideramos suas implicações, toca em aspectos centrais para o entendimento da crítica. Primeiramente, mostra que ela não é um instrumento teórico, cuja função

³ Posteriormente, na primeira aula do curso de 1984, Foucault também irá definir a parresia como virtude.

seria a de julgar a razão, pois corresponde a “uma certa maneira de pensar de dizer, de agir igualmente, uma certa relação com o que existe, com o que se sabe, com o que se faz, uma relação com a sociedade, com a cultura, uma relação com os outros” (FOUCAULT 2015, p. 34). Por essas características, a crítica pode ser pensada tanto como uma prática histórica quanto como uma atitude que corresponde a um *éthos* filosófico. Examinemos de que modo esse *éthos* equivale a uma virtude.

2. ATITUDE CRÍTICA COMO VIRTUDE

Nos dicionários de filosofia, a virtude é definida, em termos abrangentes, como sendo as qualidades, as características, ou a natureza de algo ou alguém. Mais especificamente pode-se falar em uma capacidade ou potência. Prevalece também a consideração da virtude como um problema moral e político — que toca à constituição dos bons cidadãos ou do sujeito que luta pela garantia dos direitos políticos universais.

No decorrer da história da filosofia essa relação entre virtude e moral foi considerada de distintos modos⁴, dentre os quais se inclui o de Nietzsche que pensa a virtude como potência⁵. Para ele, é preciso dominar as virtudes, sem

⁴ A saber: a) capacidade de realizar uma tarefa ou uma função: tese platônica de que a alma tem suas próprias funções e a virtude encontra-se em cumpri-las; b) hábito ou disposição racional: a tese aristotélica de que é o hábito (racional) que concebe a virtude do sujeito, e a tese estoica de que alma deve estar bem ordenada pelo princípio da razão; c) capacidade de cálculo utilitário: de acordo a formulação clássica do utilitarismo, mas que vem desde Epicuro ao elidir a sabedoria como a capacidade de julgar os prazeres quanto ao seu bem; d) sentimento ou tendência espontânea: refere-se à noção de empatia desenvolvida no século XVIII pelos analistas ingleses e aprofundado pelos iluminismo francês, em especial, Rousseau (a piedade como virtude natural) e Voltaire (fazer o bem ao próximo). A virtude é desdobrada na ética do positivismo (manifestação do instituto altruísta) e na contemporaneidade em autores como Bergson (*élan vital*); e) esforço: preconizada por Rousseau que associa felicidade à coragem e a virtude à luta e adotada por Kant ao definir a virtude como “intenção moral em luta”, ela equivale (internamente) à coragem necessária para enfrentar os inimigos externos, a força para realização de um dever. Já em sua época Kant foi criticado pela ênfase na racionalidade da ação por Schiller que prefere pensar a virtude como sentimento, ao que Kant não se interpõe desde que se mantenha o caráter corajoso da virtude (ABBAGNANO, 1991, p.1003).

⁵ É nesses termos que Nietzsche afirma que a virtude: “1º) não se impõe; 2º) não supõe a virtude em todo lugar; 3º) não sofre pela ausência da virtude, mas considera essa ausência como uma relação de distância graças à qual há algo de venerável na virtude; 4º) não faz

submetê-las a uma verdade moral, o que implica em livrar-se do peso moral quanto ao cumprimento de um dever. Foucault parece compartilhar do entendimento nietzschiano quanto ao caráter livre e aberto da virtude que “não se impõe” e não se universaliza porque não se ancora em nenhum fundamento moral. A virtude nada tem a ver com qualquer julgamento moral ou político, por isso nada impede que o sujeito que pratica a virtude, pratique a insubordinação. Como o francês quer tratar da atitude crítica como uma virtude, ele a coloca (a crítica) no bojo de relações morais e políticas por se tratar de um comportamento que diz respeito a uma certa relação com o mundo⁶.

Quem se preocupou em examinar o tema da virtude em Foucault foi Judith Butler (2013, p.164) em seu texto *What is critique? An essay on Foucault's virtue*. Eis o que diz a pensadora:

A virtude é geralmente compreendida ou bem como atributo ou prática de um sujeito, ou bem como qualidade que condiciona e caracteriza determinado tipo de ação ou prática. Ela pertence a uma ética que se cumpre não meramente pela obediência objetiva às leis e às regras formuladas. E a virtude não é apenas um *modo* de consentir ou de se conformar com normas preestabelecidas. Ela é, mais radicalmente, uma relação crítica com essas normas que se delineia, segundo Foucault, como uma estilização específica da moralidade.

propaganda; 5º) não permite que ninguém se erija em juiz porque é sempre uma virtude por si mesma; 6º) ela faz exatamente tudo o que é proibido (...) 7º) virtude livre de moralidade, ao estilo renascentista, “virtú”, ‘livre de moralina’” (Wille zur Macht, 1901, § 431apudABBAGNANO, 1991, p.1003). Para ele, a virtude está associada à Vontade de Poder, pois deriva dos impulsos e das paixões e por isso os filósofos interpretam o mundo a partir do perspectivismo, entendendo que aquilo que afirmam não são verdades que dizem a realidade

⁶ Essa posição parece ir na contramão das concepções correntes de ética, pois não é uma virtude a qual se adquire na medida em que se empreende determinadas práticas ou constitui certos hábitos. Se pensarmos na proposta de MacIntyre, por exemplo, de uma retomada de uma ética das virtudes em termos aristotélicos e tomistas vemos que a questão em Foucault é abordada em termos sensivelmente distintos. Não existe para ele um *telos* a ser alcançado, ou ainda, a virtude não é o resultado das práticas que formam a identidade do sujeito ético. A virtude parece consistir nas próprias práticas exercidas pelos sujeitos inseridos em relações sociais, sendo menos uma qualidade a ser alcançada e mais uma ação. A virtude é uma forma que se refere a um modo (indeterminado) de agir. Ela não é um conteúdo capaz de qualificar o sujeito.

Butler comenta esse tema levando em consideração não só a conferência de 78 como os textos da década de 80. A leitura de Butler acerta em mostrar que a virtude é algo que se relaciona mais às ações e práticas do sujeito, do que ao sujeito ele mesmo (no sentido clássico que permite o adjetivo virtuoso). Com isso, ela enfatiza a aposta foucaultiana de compreender as relações sociais nas práticas que a sustentam, em vez de buscar uma explicação no sentido que um sujeito atribui as suas ações.

Além do mais, a comentadora aponta que a virtude, contrariando o sentido moral comum, se caracteriza mais pela desobediência, pela alteração das regras, do que com seu consentimento. Isso posto, a virtude não pode ser entendida como uma qualidade derivada de uma adequação ou cumprimento das regras de comportamento. Ao contrário, a virtude é pensada de forma desubstantivada, comportando uma indeterminação que, pela sua não conformidade a nenhuma orientação fixada previamente, possibilita a interpelação crítica das normas e dos sistemas de obediência para estabelecer um outro conjunto de práticas que alteram as relações de governo. A virtude assim compreendida se desprende do peso da moralidade orientada pela “boa ação” ou “ação virtuosa” que quase sempre corresponde ao cumprimento das regras morais estabelecidas. Em Foucault, a virtude não é o atributo do sujeito obediente, mas do sujeito cujas práticas se ancoram na atitude crítica e que dispõe da coragem para desobedecer às exigências sociais, mesmo sob o risco de que sua subjetividade seja lançada na abertura indefinida provocada pela ausência de orientações normativas.

Assim, na Introdução de *L'usage des plaisirs* a noção de virtude serve para “ultrapassar a concepção de filosofia ética que emite um conjunto de prescrições” (BUTLER, 2013 p. 164). Com isso, Butler (2013 p. 164) afirma que o francês: “busca fazer de seu próprio pensamento um exemplo de investigação moral não prescritiva”. A atitude crítica como virtude ocupa, nesse enquadramento, papel privilegiado, ao tornar possível a

problematização do poder. Isso nos permite concordar com a seguinte observação da pensadora:

A virtude que Foucault aqui nos apresenta, seja ela qual for, terá que ver com a objeção contra a imposição do poder, contra os seus custos, contra o modo como ele é administrado por aqueles que o administram. Poder-se-ia pensar que Foucault estaria apenas a descrever a resistência, e de fato parece que aqui a 'virtude' tomou o lugar deste termo, ou ainda, que ela se tornou o meio pelo qual a resistência se redescreve (BUTLER, 2013 p. 168).

A intuição de Butler parece correta em situar a virtude no mesmo campo que a resistência. Contudo, assinalamos que é preciso cuidado para não se afirmar uma substituição de uma noção por outra. Destaca-se o fato de que a virtude serve como um instrumento heurístico que permite a Foucault abordar a sexualidade grega a partir da estilização das práticas em detrimento de seus aspectos proibitivos. Ao mesmo tempo, isso ecoa no próprio proceder investigativo foucaultiano que procura formular uma filosofia cuja descrição das práticas não produza um conteúdo fixado capaz de servir como orientação normativa. O autor não aposta em um retorno à moralidade antiga. Ele lança o convite para que a nossa relação com a moral possa ser feita a partir da estilização das regras de conduta, o que requer a virtude da atitude crítica.

Assim, de acordo com a pensadora: “a experiência moral tem que ver com a transformação de si instigada por uma forma de conhecimento que é estrangeira àquela com a qual o sujeito se acostumou. E essa forma de experiência moral será diferente da submissão a um comando” (BUTLER, 2013 p. 164). Portanto, estilizar uma moral, significa fazer dela uma experiência, o que implica, muitas vezes, em não acatar um preceito normalizador, desobedecer, agir de outro modo. E é possivelmente esse aspecto da experiência grega que tanto exerceu atração sobre Foucault e sobre sua concepção filosófica.

ATITUDE CRÍTICA COMO VIRTUDE NAS PRÁTICAS DE GOVERNO

De fato, a crítica se debruça sobre o domínio da experiência. A experiência se refere à atuação dos sujeitos pela qual, ao mesmo tempo, se produzem as práticas e os sujeitos são constituídos. Desse modo, a abordagem de uma prática histórica como colocada pela crítica faz “aparecer os processos próprios a uma experiência em que o sujeito e o objeto se formam e se transformam um em relação ao outro e em função do outro” (FOUCAULT, 2017, p. 631). Aparece também uma história da verdade na forma “dos jogos do verdadeiro e do falso através dos quais o ser se constitui historicamente como *experiência*, isto é, como podendo e devendo ser pensado” (FOUCAULT, 2017, p. 1361). A atitude crítica de modernidade, por exemplo, é a maneira produzida pelos modernos para vivenciar sua experiência do real.

Essa caracterização da crítica como uma virtude contribui para que se possa pensá-la como uma prática. A crítica não se identifica com nenhum sistema filosófico, tampouco se limita à atividade teórica da filosofia. Antes, a crítica caracteriza-se pela dispersão, sendo exercida em práticas variadas e sempre “em relação à outra coisa que ela mesma” (FOUCAULT, 2015, p. 34). Dispersão e abertura marcam a atuação da crítica. A crítica atuante nas práticas sociais não vigia a dinâmica dessas relações para controlar os rumos que elas devem tomar ou dizer aos sujeitos o que fazer. A crítica se apresenta, assim, como um instrumento de apreensão do real, certamente, mas na forma de um “dever ou uma verdade que ela não saberá e que ela não será” (FOUCAULT, 2015, p. 34). Ela é abertura e indeterminação de uma política da verdade a ser criada e de uma vida outra a ser vivida.

3 AS PRÁTICAS DE GOVERNO

Sendo assim, é preciso cuidado para não se perder de vista que a referência a Kant ocorre sob uma perspectiva histórica e não teórica, isto é, o genealogista recorre ao autor da *Metafísica dos Costumes* não porque intenciona fundar seu projeto crítico nele, e sim porque seu projeto é pensado

verticalmente como um prolongamento da história da crítica que se forma com as práticas de poder e que, na modernidade, formula a questão da *Aufklärung*, questão, como se sabe, especialmente cara a Kant.

A crítica se estabelece como um desígnio prático e historicamente localizado. A assimilação que Foucault faz dela em seu pensamento decorre da genealogia das práticas de governo. Assim, a crítica se constitui na relação com o poder. Portanto, o problema da crítica não se circunscreve a uma discussão teórica ou a um debate com Kant. A posição de Foucault não é a de um historiador da filosofia que discute o tema da crítica. Ele se coloca como um genealogista das práticas que faz a problematização das relações de poder e localiza, empiricamente, a questão crítica.

Em nosso entendimento, a atitude crítica aparece como desdobramento das pesquisas genealógicas em torno do poder que são recolocadas no bojo da governamentalidade. Nosso argumento é favorável à leitura empreendida por Lorenzini e Davidson, na introdução que fazem à edição francesa da conferência de 78, de que a atitude crítica não parte do pensamento de Kant, já que é arregimentada a partir das contracondutas pastorais. Desse modo, a referência a Kant aparece de maneira ulterior, como uma outra maneira de abordar as questões suscitadas pela modernidade, estando ligada ao rearranjo das práticas de governo na questão da *Aufklärung*. Nesse sentido, Kant aparece cabalmente como um autor incontornável da modernidade, momento em que toma maior amplitude e importância a questão de como governar e como ser governado, além do que a própria modernidade aparece como um *éthos* filosófico. Nesse quadro, é grande a importância do autor prussiano, pois conforme afirma Adverse (2010, p.141): “Kant é indubitavelmente, o primeiro a delinear esse novo *éthos* uma vez que sua inquirição sobre o Esclarecimento constitui o começo da filosofia moderna”. Sem a pretensão, portanto, de desconsiderar a presença de Kant no projeto crítico foucaultiano, apenas queremos frisar que esse mesmo projeto é inteiramente situado no

ATITUDE CRÍTICA COMO VIRTUDE NAS PRÁTICAS DE GOVERNO

quadro das relações de governo de si e dos outros, o que nos deixa a tarefa de compreender em que termos isso ocorre.

Também para Cremonesi (2013, p. 128) a definição de crítica em 78 “repousa quase inteiramente sobre o conceito de governo”, desempenhando “um papel chave na atualização foucaultiana da crítica” já que “a emergência histórica da crítica - entendida como atividade concreta - deve ser relacionada à aparição desse conjunto de técnicas de poder que ele reúne sob o nome de ‘governo’”. Foucault é bastante explícito, na conferência que tratamos aqui, em afirmar o liame entre a crítica e o governo. De fato, como primeira definição da atitude crítica nosso autor aponta que ela se constrói “ao mesmo tempo como parceira e adversária das artes de governar como maneira de desconfiar-se delas, de recusá-las, de limitá-las, de encontrar nelas uma justa medida, de transformá-las, de procurar escapar a estas artes de governar”, sendo ela própria caracterizada nessa relação “como arte de não ser governado”, ao mesmo tempo em que atua como “linha de desenvolvimento das artes de governar” (FOUCAULT, 2015, p. 37).

Ora, seria preciso, então, examinar o problema da crítica foucaultiana por uma via que não intenta uma interpretação da relação entre Foucault e Kant capaz de delinear os possíveis pontos de aproximação e distanciamento entre os dois autores. Em vez disso, consideramos mais profícuo considerar a presença de Kant, neste momento da genealogia, pela contribuição que o autor oferece quanto ao problema do governo na modernidade. O francês interpela o texto kantiano pela perspectiva da governamentalidade e, assim, aproxima a atitude crítica do movimento de saída da minoridade que Kant descreve em sua definição de Esclarecimento. Interessa a Foucault, leitor de Kant, analisar a formulação no seio da modernidade, a relação entre governo de si e dos outros que já havia sido colocada pelo debate sobre o Esclarecimento, de modo que, acreditamos, não é para se aproximar de Kant que nosso autor estuda a crítica. Em suma, o tema do governo é a via que o leva, em 78, de volta a Kant, mas agora em uma abordagem que, imantada

pelo tema do governo, pouco considera os meandros teóricos e o mérito das questões internas à economia do texto kantiano.

Pensamos, assim, que falar em uma reivindicação de uma herança kantiana por Foucault, só faz sentido se considerarmos que ela acontece como um gesto que tenta inserir a *Aufklärung* na genealogia da crítica. Ou como afirma Cremonesi (2013, p. 129) porque Foucault “percebe um ponto comum entre sua própria *démarche* filosófica, a crítica como ‘resposta’ histórica e concreta às práticas de governo do século XVI e a atitude que Kant inscreve na origem das Luzes” “. Mas isso não significa que o autor estaria interessado em uma reativação da Crítica kantiana, mesmo que em outros termos. O que lhe interessa é pensar seu próprio conjunto de questões e problemas e a formulação de uma crítica que emoldura seu trabalho filosófico. Descartamos, portanto, a hipótese de que Foucault estaria propondo um diálogo permanente ou cifrado com o autor das Críticas ou, de fato, se assumindo como um autor neokantiano. Afinal, não devemos nos esquecer da presença maior no pensamento foucaultiano ocupado por Nietzsche que, pensamos, dificulta estreitar demais a aproximação entre Foucault e Kant.

Pensamos, assim, que a crítica foucaultiana se estabelece sobre outras questões e se direciona a outros rumos. Ela se preocupa em inserir o debate kantiano na perspectiva da atitude crítica, conforme a distinção que se estabelece entre Crítica e *Aufklärung* na história da filosofia. Tal distinção obliterou o uso da crítica em relação às práticas de governo, devido à ênfase que se deu quase exclusivamente ao problema do conhecimento.

A história do século XIX deu bem mais apoio à continuação do empreendimento crítico tal como Kant o havia situado, de algum modo, como um recuo em relação à *Aufklärung*, do que a alguma coisa como a *Aufklärung* ela mesma. Dito de outro modo, a história do século XIX — e, claro, a história do século XX, mais ainda — deveria senão dar razão a Kant, ao menos oferecer um apoio concreto a essa nova atitude

ATITUDE CRÍTICA COMO VIRTUDE NAS PRÁTICAS DE GOVERNO

crítica, essa atitude crítica recuada em relação à *Aufklärung*, cuja possibilidade foi aberta por Kant (FOUCAULT, 2015, p. 43).

De certa maneira, essa distinção acaba por assinalar a distância entre a abordagem empírica da crítica e a própria Crítica kantiana. Desse modo, concordamos com a leitura de Michel Senellart (1995, p. 5) de que “a referência ao modelo kantiano não constitui, para Foucault, um retorno a Kant, mas um esforço para desvencilhar a atitude crítica dos limites nos quais, desde o próprio Kant, a questão crítica a havia encerrado”.

Entendemos, com isso, que o francês não quer replicar a Crítica kantiana em sua discussão das práticas de governo, o que o autor parece pretender é atestar o fato de que o debate sobre o Esclarecimento, na modernidade, abre a via de uma crítica histórico-filosófica da governamentalidade que considera a verdade como prática ligada ao poder que incide sobre os sujeitos. Dito de outro modo, Foucault distingue crítica e *Aufklärung* para assinalar seu interesse em discutir a questão do governo e a prática histórico-filosófica. Conforme explicita Yazbek (2020, p. 17):

“Foucault promove uma espécie de deslocamento da crítica kantiana de modo a redefini-la em favor de um empreendimento crítico que, a partir da ativação do tema da *Aufklärung*, será redirecionado aos efeitos de governo produzidos pelo nexos entre razão e poder”

Portanto, não se trata de reacender o debate teórico com Kant ou abordar a crítica em termos epistemológicos, mas de contornar o caminho tão longamente trilhado pelos historiadores da filosofia e neokantianos.

Portanto, se há algo que explica a constante recorrência a Kant no fim dos anos 70 e início dos anos 80 é a, também constante, reformulação da questão do governo e da crítica. Isso nos ajuda a compreender o gesto foucaultiano de começar o curso de 83 - que retoma o problema do governo de si dos outros - com mais um comentário do texto de Kant.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a atitude crítica se reafirma o exame das práticas no percurso intelectual de Foucault. Desde seus primeiros estudos, o autor se concentra no exame das práticas discursivas para depois lançar luz sobre o fato de que dos discursos decorrem efeitos de poder. Discurso e poder colocam em cena o problema da verdade como algo fabricado pelas práticas que nos constituem no interior da história e que pode ser compreendida em sua singularidade. Nisso consiste a atividade crítica sobre o presente que dirige seu olhar para nossas relações sociais, utilizando-se de da arqueologia e da genealogia.

A crítica marca os últimos trabalhos do genealogista junto à reflexão acerca do papel da filosofia na atualidade, quanto à problematização de nossa experiência política. Portanto, nos últimos estudos do autor francês a crítica é pensada na chave da governamentalidade. Desde 78, a preocupação em conceituar a crítica — e com isso pensar seu próprio pensamento — amplia e passa a ser melhor compreendido pelo próprio autor que, lendo-se a si mesmo, consegue precisar melhor seu projeto e como pensa a própria filosofia.

O lastro da crítica na contraconduta modifica a Crítica kantiana e enfrenta a questão da *Aufklärung*. Certamente, isso produz um efeito muito particular quanto à leitura que Foucault realiza dos textos kantianos. Seu interesse por Kant se dá no sentido de afirmação de um projeto crítico-filosófico próprio e original que dê conta de pensar as imbricações que envolvem a aproximação sempre problemática entre filosofia e poder. Colocar a questão da *Aufklärung* a partir das relações de saber-poder pressupõe desvencilhar-se de qualquer apelo transcendente de modo a compreender os acontecimentos em sua absoluta imanência, sem procurar dar a ele qualquer sentido ulterior, como discutimos ao tratar da revolta.

Diante disso, verificamos que a atitude crítica é, antes de tudo, um *éthos* que assinala um modo de comportamento típico da modernidade de

ATITUDE CRÍTICA COMO VIRTUDE NAS PRÁTICAS DE GOVERNO

enfrentamento à governamentalização da sociedade. Um comportamento que coloca em questão a própria modernidade. A atitude crítica é qualificada, assim, como uma virtude que deixa em aberto as possibilidades de ser, pensar e agir diferentemente dos constrangimentos das conduções de conduta. O sujeito pode desobedecer a certas condutas ou obedecer a outras condutas a partir de sua reflexão crítica, estilizando a sua relação com as práticas de governo.

REFERÊNCIAS

ADVERSE, O que é ontologia do presente ?. In: *Nuntius Antiquus*. Belo Horizonte, n.6, 2010.

BUTLER, J. O que é a crítica? Um ensaio sobre a virtude de Foucault. In: *Cadernos de Ética e Filosofia Política*, n. 22, 2013.

CREMONESI, Askêsis, ethos, parresia: pour une généalogie de l'attitude critique. In: LORENZINI, D; REVEL, A; SFORZINI, A (org.). Michel Foucault *Éthique et vérité* (1980-1984), 2013.

FOUCAULT, M. *Dits et écrits* I e II (1954-1988). Paris: Gallimard, 2001.

FOUCAULT, M. *Le gouvernement de soi et des autres: cours au Collège de France, 1982-1983*. Paris: Gallimard/ Seuil, 2008.

FOUCAULT, M. *Gênese e Estrutura da Antropologia de Kant*. Tradução de Márcio Alves da Fonseca e Salma Tannus Muchail. São Paulo: Loyola, 2011

FOUCAULT, *Qu'est-ce que la critique? suivi de la culture de soi*. Paris: Vrin, 2015, p. 34.

FOUCAULT, M. *Dire vrai sur soi-même: conférences prononcées à l'Université Victoria de Toronto*. Paris: Vrin, 2017.

SENELLART, "A crítica da razão governamental em Michel Foucault". In: *Tempo Social; Rev. Social. São Paulo*, v. 7, n. 1-2, 1995, p. 5.

YAZBEK, Acontecimento e crítica em Michel Foucault: dos usos do nietzschianismo na formação de uma contra-história do poder. In: *Ipseitas*, v. 6, n. 1, 2020, p. 17.